

MARIA
GABRIELA
GRINGS

DIREITO, DIGITAL
EM JUÍZO

MODERAÇÃO DE
CONTEÚDO ONLINE



■ A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 01.03.2023

■ A Autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Daniel Kanai

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

G88d

Grings, Maria Gabriela

Direito digital em juízo : moderação de conteúdo on-line / Maria Gabriela Grings. Rio de Janeiro : Forense, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-820-7

1. Internet – Legislação – Brasil. 2. Mídia digital – Legislação - Brasil. 3. Proteção de dados. 4. Responsabilidade (Direito). I. Título.

23-83153

CDU: 34:004.738.5(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. JURISDIÇÃO	7
1.1. O Estado moderno: exercício do poder soberano sobre território e população determinados.....	7
1.2. O Estado contemporâneo.....	12
1.3. Conceito e características da jurisdição.....	15
1.4. Os princípios regentes da jurisdição internacional e da cooperação jurídica internacional.....	22
2. NORMAS PROCESSUAIS PARA A TUTELA DE SITUAÇÕES COM ELEMENTO DE ESTRANEIDADE	31
2.1. Normas delimitadoras da jurisdição internacional.....	31
2.2. A abordagem do legislador nacional.....	35
2.2.1. As previsões anteriores ao Código de Processo Civil de 1973.....	35
2.2.1.1. Os Códigos de Processo Civil de 1973 e 2015.....	37
2.2.1.1.1. Jurisdição concorrente e suas implicações para o direito digital.....	40
2.2.1.1.2. Jurisdição exclusiva.....	44
2.2.1.2. Regulação da cooperação jurídica internacional: arts. 26 a 41 do Código de Processo Civil.....	49
2.3. Tratados internacionais.....	55
3. AMBIENTE DIGITAL	61
3.1. Advento da internet como novo <i>locus</i> social global.....	61
3.2. Espécies de provedores, comunicação em rede e seus elementos distintivos.....	70
3.3. Os mecanismos técnicos de controle de conteúdo digital: bloqueio e remoção conforme as camadas da internet (conteúdo, lógica e infraestrutural).....	73
3.3.1. Atuação na camada do conteúdo.....	76
3.3.2. Atuação na camada lógica.....	79
3.3.3. Atuação na camada infraestrutural.....	80

4. REGULAÇÃO DA INTERNET	85
4.1. Autorregulação	86
4.1.1. Os Termos e Condições de Uso das plataformas e o alcance territorial da moderação de conteúdo privada	89
4.1.2. O Comitê de Supervisão do <i>Facebook</i>	96
4.2. Regulação estatal.....	101
4.2.1. Analogia com a regulação de atos/fatos não digitais.....	102
4.2.2. Elaboração normativa própria	104
4.3. Autorregulação regulada e atuação no código.....	107
4.4. Governança multissetorial.....	113
5. A EXTRATERRITORIALIDADE DA LEGISLAÇÃO MATERIAL NACIONAL E REGIONAL	119
5.1. Conceito-quadro e elementos de conexão material	120
5.2. Normas de extensão.....	122
5.3. A experiência das iniciativas de combate ao crime plurilocalizado.....	124
5.4. No âmbito da internet.....	129
5.4.1. Marco Civil da Internet.....	129
5.4.2. Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR).....	133
5.4.3. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	136
6. TEORIAS DE DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO E DO DIREITO MATERIAL APLICÁVEIS EM SITUAÇÕES PLURILocalizadas Digitais	141
6.1. Introdução.....	141
6.2. Teoria do local dos efeitos	145
6.3. Teoria do nível de interatividade.....	150
6.4. Teoria do centro de interesse	152
6.5. Teoria do país de origem.....	156
6.6. Teoria do direcionamento	157
7. POSSIBILIDADES PARA A JURISDIÇÃO DIGITAL BRASILEIRA	165
7.1 Inexistência de solução única e abrangente.....	165
7.2. Local dos efeitos como critério para escolha do direito aplicável e exercício de jurisdição prescritiva e adjudicatória.....	166
7.2.1. Responsabilidade extracontratual e relações de consumo.....	166
7.2.2. Jurisdição internacional brasileira concorrente para contratos digitais e foro de eleição	176

7.3. As dificuldades para o exercício da jurisdição estatal executiva digital (<i>enforcement jurisdiction</i>)	177
7.3.1. Tutela específica e resultado prático equivalente: noções gerais	177
7.3.2. Especificidades do ambiente digital: os dados e o conteúdo armazenados por provedores de aplicação e provedores de conexão	182
7.3.3. Legitimidade passiva dos intermediários	186
7.3.3.1. Medidas judiciais e terceiros	188
7.3.3.2. Definição do polo passivo e possibilidades processuais	189
7.3.4. Atuação voltada para provedores de aplicação	193
7.3.4.1. Sistema de responsabilização	193
7.3.4.2. Desindexação	197
7.3.4.3. Possibilidade de atuação sobre subsidiárias locais de provedores globais?	202
7.3.4.3.1. Os dados devem ser armazenados localmente?	207
7.3.4.3.2. Dados armazenados em servidores estrangeiros ou em nuvem	209
7.3.4.3.3. Impossibilidade de prolação de decisões judiciais com efeitos extraterritoriais diretos	216
7.4. O sistema de reconhecimento e homologação de sentenças estrangeiras e suas vicissitudes	219
7.4.1. A jurisdição internacional indireta brasileira	222
7.4.2. As dificuldades na cooperação jurídica internacional	227
7.4.3. A ordem pública	231
7.4.4. O sistema norte-americano de nacionalização de decisões estrangeiras	234
7.4.4.1. Os casos <i>Yahoo</i> e <i>Equustek</i>	243
7.5. Atuação voltada para provedores de conexão	248
7.6. Contenção de efeitos globais das decisões judiciais: adoção de filtros de localização geográfica	250
CONCLUSÃO	267
REFERÊNCIAS	275